105ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA
EPISCOPAL ESPANHOLA

IGREJA, SERVIDORA DOS POBRES

INSTRUÇÃO PASTORAL

INTRODUÇÃO

1. A SITUAÇÃO SOCIAL QUE NOS INTERPELA

- 1.1. Novos pobres e novas pobrezas
- 1.2 A corrupção, um mal moral
- 1.3 O empobrecimento espiritual

2. FATORES QUE EXPLICAM ESTA SITUAÇÃO SOCIAL

- 2.1 A negação da primazia do ser humano
- 2.2 A cultura do imediato e da técnica
- 2.3 Um modelo centrado na economia
- 2.4 A idolatria da lógica mercantil

3. PRINCÍPIOS DA DOCTRINA SOCIAL QUE ILUMINAM A REALIDADE

- 3.1 A dignidade da pessoa
- 3.2 O destino universal dos bens
- 3.3 Solidariedade, defesa dos direitos e promoção dos deveres
- 3.4 O bem comum
- 3.5 O princípio de subsidiariedade
- 3.6 O direito a um trabalho digno e estável

4. PROPOSTAS DE ESPERANÇA A PARTIR DA FÉ

- 4.1 Promover uma atitude de contínua renovação e conversão
- 4.2 Cultivar uma sólida espiritualidade que dê consistência ao nosso compromisso social
- 4.3 Apoiar-se na força transformadora da evangelização
- 4.4 Aprofundar a dimensão evangelizadora da caridade e da ação social
- 4.5 Promover o desenvolvimento integral da pessoa e enfrentar as raízes das pobrezas
- 4.6 Defender a vida e a família como bens sociais fundamentais
- 4.7 Enfrentar o desafio de uma economia inclusiva e de comunhão
- 4.8 Fortalecer a animação comunitária

5 CONCLUSÃO

Introdução

1. Nos últimos anos, especialmente desde que se estalou a crise, somos testemunhas do grave sofrimento que atinge muitos do nosso povo por causa da pobreza e da exclusão social; sofrimento que tem afetado as pessoas, as famílias e a própria Igreja. Um sofrimento que não se deve unicamente a fatores económicos, mas que tem a sua raiz também em fatores morais e sociais.

No entanto, é de justiça reconhecer que este mesmo sofrimento gerou um movimento de generosidade nas pessoas, famílias e instituições sociais que é obrigatório realçar e agradecer em nome de todos, em especial dos mais fracos. Tal generosidade fez-nos recordar a promessa de Deus através do profeta Elias quando afirma que não lhe faltará nem o azeite nem a farinha à pobre viúva que soube partilhar com o profeta o pouco que lhe restava para subsistir¹.

A Igreja convida todos os cristãos, fiéis e comunidades, a mostrarem-se solidários com os necessitados e a perseverar incansavelmente na tarefa já empreendida de os ajudar e acompanhar. Como o Papa Francisco nos diz: “É meu vivo desejo que o povo cristão reflita, durante o Jubileu, sobre as *obras de misericórdia corporais e espirituais*. Será uma maneira de acordar a nossa consciência, muitas vezes adormecida perante o drama da pobreza, e de entrar cada vez mais no coração do Evangelho, onde os pobres são os privilegiados da misericórdia divina”.²

As comunidades cristãs, Institutos de Vida Consagrada e outras instituições, estão a escrever entre nós uma bonita página de solidariedade e caridade. Basta recordar como a Cáritas no ano 2013 atendeu nos seus programas a quase dois milhões de pessoas e conta atualmente com mais de 71.000 voluntários.

2. Como pastores da Igreja, queremos partilhar com os fiéis e com quantos queiram escutar as nossas preocupações diante da difícil situação que estamos a viver e que a tantos afeta³. Alguns dados esperançosos nos levam a pensar que a crise, pouco a pouco, se está a ultrapassar; porém, enquanto não se tornar efetiva na vida dos mais necessitados a melhoria que os indicadores macroeconómicos assinalam, não nos podemos conformar. Percebemos, por outro lado, que neste período de crise se foram acentuando as desigualdades sociais, debilitando as bases de uma sociedade justa. Esta realidade está-nos a sinalizar a tarefa: o nosso objetivo há de ser “vencer as causas estruturais das desigualdades e da pobreza”, como pede o Papa Francisco⁴.

Para contribuir para se alcançar esta meta tão desejada, oferecemos modestamente estas reflexões baseadas na Doutrina Social da Igreja; nelas tratamos de contribuir para o compromisso e a esperança, e colaborar com o nosso grão de areia na inclusão dos necessitados na sociedade. Procuramos “Olhar para os pobres com o olhar de Deus, que se nos manifestou em Jesus”⁵. Secundamos assim a especial atenção que

¹ Cf. 1 R 17, 14.

² FRANCISCO, Bula *Misericordiae vultus*, 15 (2015).

³ Documentos da CONFERÊNCIA EPISCOPAL ESPANHOLA: Instrução pastoral “A verdade os fará livres” (1990). “A caridade na vida da Igreja. Propostas de ação pastoral” (1994). Declaração “*Crise económica e responsabilidade moral*”. (1984). Declaração perante a crise moral e económica (2009). Nota sobre a legislação familiar e a crise económica (2012). Nota “Os bispos convidam a uma maior solidariedade com as vítimas da crise económica (2014).

⁴ FRANCISCO, *Discurso na Sessão Plenária do Conselho Pontifício “Justitia et Pax”* (2014).

⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL ESPANHOLA, “*A caridade na vida da Igreja*”, Introdução, p.11.

mostra o Papa Francisco à dimensão social da vida cristã⁶. Queira o Senhor que a nossa palavra sirva de luz orientadora no compromisso caritativo, social e político dos cristãos e que o nosso alento acrescente em todos uma solidariedade com esperança.

1. A SITUAÇÃO SOCIAL QUE NOS INTERPELA

1.1 Novos pobres e novas pobrezaas.

Famílias atingidas pela crise

3. Encontramo-nos perante uma sociedade envelhecida como consequência da nossa baixa taxa de natalidade e do escandaloso número de abortos. A família, já afetada como tantas instituições por uma crise cultural profunda, vê-se atualmente imersa em sérias dificuldades económicas que se agravam pela carência de uma política de decidido apoio às famílias. Um elevado número delas viu diminuída a sua capacidade aquisitiva, o que gerou, com a carência da proteção social que necessitam e merecem⁷, um incremento de desigualdades e novas pobrezaas⁸. É uma situação que aflige de um modo especial as famílias que têm de cuidar de alguma pessoa incapacitada ou sofrem a perda de emprego de algum dos seus membros⁹ e inclusive de todos.

4. Resulta especialmente dolorosa a situação de desemprego que afeta os *jovens*: sem trabalho, sem possibilidades de independência, sem recursos para formar uma família e muitos deles obrigados a emigrar para encontrar um futuro fora da sua terra. Resulta igualmente doloroso o desemprego que afeta as pessoas com mais de 50 anos, que têm pouca esperança de voltarem à vida laboral. São João Paulo II enumerava as dramáticas consequências de um desemprego prolongado: “A falta de trabalho vai contra o ‘direito ao trabalho’, entendido – no contexto global dos demais direitos fundamentais – como uma necessidade primária, e não um privilégio, de satisfazer as necessidades vitais da existência humana através da atividade laboral. (...) De um prolongado desemprego nasce a insegurança, a falta de iniciativa, a frustração, a irresponsabilidade, a desconfiança na sociedade e em si mesmos; atrofiam-se deste modo as capacidades de desenvolvimento pessoal; perde-se o entusiasmo, o amor ao bem; surgem as crises familiares, as desesperadas situações pessoais e descamba-se então de modo fácil – sobretudo os jovens – para a droga, o alcoolismo e a criminalidade”¹⁰.

5. Também nos dói a situação da *infância* que vive na pobreza¹¹, que sofre privações básicas, que carece de um ambiente familiar e social apto para crescer, educar-se e desenvolver-se adequadamente. E não podemos esquecer as crianças, inocentes e indefensas, negando-lhes até o direito a nascer¹². Como nos recorda o Papa Francisco “enquanto se atribuem novos direitos à pessoa, às vezes até direitos presumíveis, nem

⁶ Especialmente no documento que programático, no cap. 4 da Exortação Ap. *Evangelii Gaudium*.

⁷ 43,2% estão excluídas. FUNDAÇÃO FOESSA, *Análisis y perspectivas*, Madrid, Cáritas, 2014.

⁸ Estas passaram de 17.042 euros por unidade de consumo em 2009 a 15.635 em 2013. Cf. Inquérito às Condições de Vida (ECV) 2012 e 2013, INE, Madrid, agosto de 2014.

⁹ De uma taxa de desemprego de cerca de 8% em 2007 chega-se aos 23,78 % no primeiro trimestre de 2015. Fonte: INE. Inquérito ao emprego (EPA), 23 de abril de 2015.

¹⁰ São JOÃO PAULO II. *Mensagem aos trabalhadores e empresários durante a sua viagem apostólica a Espanha*, 5, Barcelona (1982). Em Juan Pablo II en España, edição especial da CEE, 1983.

¹¹ Cf. UNICEF. Relatório “*La Infancia en España 2014*” (2014).

¹² 108.690 abortos. Fonte: Ministério da Saúde, Serviços sociais e Igualdade, 2013.

sempre se salvaguarda a vida como valor primário e como direito primordial de cada homem”¹³.

6. Preocupa-nos a situação dos *idosos*, em épocas de bem-estar esquecidos pelas suas famílias, mas que agora se converteram no alívio de muitas delas; com as suas escassas pensões, contribuem para o sustento dos seus filhos e, com o seu esforço pessoal, cuidam dos seus netos; porém são sobrecarregados de trabalho e reduz-se o seu bem-estar piorando ostensivamente as suas condições de vida. Os avós, juntamente com os jovens e crianças, “são a esperança de um povo. As crianças e os jovens, porque eles levarão em frente este povo; e os avós porque têm a sabedoria da história e constituem a memória de um povo. Preservar a vida numa época em que as crianças e os avós entram nesta cultura do descartável, são considerados como material descartável. Não! As crianças e os avós são a esperança de um povo”.¹⁴

7. Também nos aflige o aumento do número de *mulheres* afetadas pela penúria económica pois, com razão, se fala de ‘feminização da pobreza’. Algumas delas inclusive são vítimas do tráfico de pessoas para exploração sexual, particularmente as estrangeiras, enganadas no seu país de origem com falsas ofertas de trabalho e exploradas aqui em condições similares à escravidão.

Igualmente nos dói imenso a violência doméstica que tem as mulheres como as suas principais vítimas. É necessário incrementar medidas de prevenção e de proteção legal, mas sobretudo fomentar uma melhor educação e cultura da vida que leve a reconhecer e respeitar a igual dignidade da mulher.

As pobrezas do mundo rural e dos homens e mulheres do mar

8. Muitas vezes, pensamos na pobreza nas nossas cidades mas damos menos atenção, por não ter tanta ressonância nos meios de comunicação, à *pobreza dos homens e mulheres do campo e do mar*. A articulação atual da economia deslocou muitas pessoas do mundo rural, incidindo gravemente no seu despovoamento e envelhecimento. Os agricultores e ganadeiros viram incrementados extraordinariamente os custos de produção, sem que tenham podido repercuti-los no preço dos seus produtos. As povoações mais pequenas são habitadas essencialmente por idosos e pessoas sós. Tudo isto coloca problemas sociais de grande alcance.

A pobreza do mundo rural, às vezes, pode ser alimentada também pelas próprias políticas de subsídios, que chegam a converter-se numa verdadeira cultura do subsídio e que priva as pessoas da sua dignidade. Alguns bispos já denunciaram esta situação: “Frente à mentalidade tão difundida do direito à dádiva e ao subsídio, torna-se necessário promover a estima do trabalho e do sacrifício como meio justo de crescimento pessoal e coletivo para a obtenção do bem-estar”¹⁵.

¹³ FRANCISCO, Audiência aos ginecologistas católicos que participaram no encontro da Federação Internacional das Associações Médicas Católicas (setembro de 2013).

¹⁴ FRANCISCO, Discurso ao Movimento pela Vida Italiano (abril de 2014).

¹⁵ BISPOS DO SUL DE ESPANHA, *Nota antes das eleições autonómicas*, 8 (2012).

A emigração, nova forma de pobreza

9. Na atualidade, os fluxos migratórios e os seus efeitos estão a reconfigurar a Europa. A migração deve ser entendida como o exercício do direito de todo o ser humano a procurar melhores condições de vida num país diferente do seu. Há um amplo consenso em relação ao facto de nos encontrarmos num novo ciclo migratório. Agora é o momento de estabilização, da integração, de trabalhar em prol da convivência, sobretudo com as novas gerações. Chegou a hora de reconhecer o contributo que os imigrantes deram à nossa sociedade. Temos de valorizar a riqueza dos outros, cultivando a atitude de acolhimento e o intercâmbio enriquecedor, a fim de criar uma convivência mais fraterna e solidária. Num futuro próximo, a nossa sociedade será, maioritariamente, multiétnica, intercultural e plurirreligiosa.

Os imigrantes são os pobres entre os pobres. Os imigrantes sofrem mais do que ninguém a crise que eles não provocaram. Nestes últimos tempos, devido à preocupação do momento económico que vivemos, voltaram a cortar os seus direitos. Os mais pobres entre nós são os estrangeiros sem documentos, pelo que não se lhes facilita serviços sociais básicos, esquecendo assim aquelas palavras de São João Paulo II: "Pertencer à família humana confere a cada pessoa uma espécie de cidadania mundial, tornando-a titular de direitos e deveres, visto que os homens estão unidos por uma comunhão de origem e de supremo destino"¹⁶.

Além disso, são necessários programas que vão mais além da proteção de fronteiras¹⁷, assim como o compromisso por parte dos responsáveis da União Europeia, de cujo território somos mais uma fronteira. Exortamos as autoridades a serem generosas no acolhimento e na cooperação com os países de origem de modo a se obter sociedades mais humanas e mais justas.

1.2. A corrupção, um mal moral

10. Os processos de corrupção que se tornaram públicos, derivados da cobiça financeira e da avariza pessoal, provocam alarme social e despertam grande preocupação entre os cidadãos. Essas práticas alteram o normal desenvolvimento da atividade económica, impedindo a concorrência leal e encarecendo os serviços. O enriquecimento ilícito que supõe uma séria afronta para os que estão a sofrer os apertos derivados da crise; esses abusos quebram gravemente a solidariedade e semeiam a desconfiança social. É uma conduta eticamente reprovável e um grave pecado.

11. A corrupção política, como ensina o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, «compromete o correto funcionamento do Estado, influenciando negativamente na relação entre governantes e governados; introduzindo uma crescente desconfiança em relação à política e aos seus representantes, com o conseqüente enfraquecimento das instituições»¹⁸.

É de justiça reconhecer que a maioria dos nossos políticos exerce com dedicação e honradez as suas funções públicas; por isso é urgente tomar as medidas adequadas para

¹⁶ São JOÃO PAULO II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 6 (2005).

¹⁷ Cf. FRANCISCO, Homilia em Lampedusa (2013). BLÁZQUEZ, R. Discurso à 105ª Assembleia Plenária (2015).

¹⁸ Conselho Pontifício "JUSTITIA ET PAX". *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, 411. Cf. Bula *Misericordiae vultus*, 19.

pôr fim a essas práticas lesivas da harmonia social. A falta de energia na sua erradicação pode abrir as portas a indesejadas perturbações políticas e sociais.

Como pastores da Igreja que peregrina em Espanha, consideramos esta situação como uma grave deformação do sistema político¹⁹. É necessário que se produza uma verdadeira regeneração moral a nível pessoal e social e, como consequência, um maior apreço pelo bem comum, que seja verdadeiro suporte para a solidariedade com os mais pobres e favoreça a autêntica coesão social. A referida regeneração nasce das virtudes morais e sociais, fortalece-se com a fé em Deus e a visão transcendente da existência e conduz a um irrenunciável compromisso social por amor ao próximo²⁰.

1.3. O empobrecimento espiritual

12. Por último, e determinando as pobreza anteriores, referimo-nos ao empobrecimento espiritual.

Como pastores da Igreja pensamos que, acima da pobreza material, há outra menos visível, porém mais profunda, que afeta muitos no nosso tempo e que traz consigo sérias consequências pessoais e sociais. A indiferença religiosa, o esquecimento de Deus, a ligeireza com que se questiona a sua existência, a despreocupação pelas questões fundamentais sobre a origem e o destino transcendente do ser humano não deixam de ter influência na vontade pessoal e no comportamento moral e social do indivíduo. Afirmava o beato Paulo VI citando um importante teólogo conciliar: “O homem pode organizar a terra sem Deus, mas sem Deus só a pode organizar contra o homem”²¹.

A personalidade do homem enriquece-se com o reconhecimento de Deus. A fé em Deus dá clareza e firmeza às nossas avaliações éticas. O conhecimento de Deus amor levamos a amar todos os homens; o saber-mo-nos criaturas amadas por Deus conduz-nos à caridade fraterna e, por sua vez, o amor fraterno aproxima-nos de Deus e faz-nos semelhantes a Ele. É Jesus Cristo quem nos deu a conhecer o rosto paternal de Deus. Ignorar a Cristo constitui uma indignidade radical. Como cristãos dói-nos profundamente a pobreza de não O conhecer²². Porém, quem O conhece de verdade, imediatamente O reconhece em todos os pobres, em todos os desfavorecidos, nos “mendigos” de pão ou de amor, nas periferias existenciais. Como assinala o Concílio Vaticano II, “o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente”²³.

13. Estamos conscientes de que o empobrecimento espiritual se dá também em muitos batizados que carecem de uma suficiente formação cristã e vivência da fé; esta falta de bases converte-os em vítimas fáceis de ideologias medíocres, tão propagadas como inconsistentes, que as conduzem por vezes a uma visão das coisas e do mundo de costas para Deus, a um agnosticismo inconsistente. Estão-nos a reclamar aos gritos o benefício de uma nova evangelização.

Quando os cristãos têm a experiência gozosa do encontro com Jesus Cristo, alimentada pela oração, a Palavra de Deus e a participação frutuosa nos sacramentos,

¹⁹ Cf. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, n. 411.

²⁰ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL ESPANHOLA, Nota pastoral *Um chamamento à solidariedade e à esperança*. 104^a Assembleia Plenária (2014).

²¹ PAULO VI, carta enc. *Populorum progressio*, 42. Cf. H.DE LUBAC, *Le drame de l'humanisme athée*, 3^a. Ed., Paris, Spes, 1945, 10.

²² Cf. FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma*, 2014.

²³ CONC. ECUM. VAT.II, *Gaudium et spes*, 22.

aproximam-se da mãe Igreja desejosos de amá-la mais e de a fazer crescer, empenham-se na sua edificação, vivem uma fé comprometida socialmente, e aprendem a encontrar e a servir a Cristo nos pobres.

14. Os pobres também estão necessitados da nossa solicitude espiritual. Comprovamos com dor que “a pior discriminação que sofrem os pobres é a falta de cuidado espiritual. A imensa maioria dos pobres possui uma especial abertura à fé; tem necessidade de Deus e não podemos deixar de lhes oferecer a sua amizade, a sua bênção, a sua Palavra, a celebração dos Sacramentos e a proposta dum caminho de crescimento e amadurecimento na fé. A opção preferencial pelos pobres deve traduzir-se, principalmente, numa solicitude religiosa privilegiada e prioritária”²⁴.

2. FATORES QUE EXPLICAM ESTA SITUAÇÃO SOCIAL

2.1. A negação da primazia do ser humano

15. Na origem da atual crise económica há uma crise prévia²⁵: “A negação da primazia do ser humano”²⁶. Esta negação é consequência de se negar a primazia de Deus na vida pessoal e social. São João Paulo II falou de estruturas de pecado. As ditas estruturas baseiam-se no pecado pessoal e reforçam-se, difundem-se e são fonte de outros pecados, condicionando a conduta das pessoas e dos povos²⁷.

Uma ordem económica estabelecida exclusivamente sobre o desejo do lucro e a ânsia desmedida de dinheiro, sem consideração pelas verdadeiras necessidades do homem, está afetada pelos desequilíbrios que as crises recorrentes manifestam. O homem não pode ser considerado como um simples consumidor, capaz de alimentar com a sua voracidade crescente os interesses de uma economia desumanizada. Tem necessidades mais amplas. Sem esquecer que “o objetivo exclusivo do lucro, quando mal produzido e sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza”²⁸. Hoje imperam na nossa sociedade as leis inexoráveis do benefício e da competitividade. Como consequência, muitas pessoas veem-se excluídas e marginadas: sem trabalho, sem horizontes, sem saída. Parecia que todo o crescimento económico, favorecido pela economia de mercado, conseguia por si mesmo maior inclusão social e igualdade entre todos. Porém, esta opinião foi desmentida muitas vezes pela realidade. Impõe-se a implantação de uma economia com rosto humano.

16. Urge recuperar uma economia baseada na ética e no bem comum acima dos interesses individuais e egoístas. O Papa Francisco ilumina o conteúdo desta primazia: “Afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer a preciosidade da vida humana, que nos é dada gratuitamente não podendo, por conseguinte, ser objeto de troca ou de comércio (...) cuidar da fragilidade, da fragilidade dos povos e das pessoas. Cuidar da fragilidade quer dizer força e ternura, luta e fecundidade, no meio de um modelo

²⁴ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 200.

²⁵ Cf. BISPOS DE NAVARRA E DO PAÍS VASCO. Carta conjunta da Quaresma-Páscoa “Uma economia ao serviço das pessoas” (2011).

²⁶ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 55.

²⁷ Cf. São JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, 36.

²⁸ BENTO XVI, *Caritas in veritate*, 21.

funcionalista e individualista que conduz inexoravelmente à «cultura do descartável». Cuidar da fragilidade das pessoas e dos povos significa guardar a memória e a esperança; significa assumir o presente na sua situação mais marginal e angustiante e ser capaz de ungi-lo de dignidade”²⁹.

2.2. A cultura do imediato e da técnica

17. A imediatez parece ter-se apoderado da vida pública, da vida privada, das relações sociais e das instituições. Como denuncia o Papa Francisco, “na cultura dominante, ocupa o primeiro lugar aquilo que é exterior, imediato, visível, rápido, superficial, provisório. O real cede o lugar à aparência”³⁰. Na cultura do aqui e agora, não há espaço para a solidariedade com os outros, com os que se encontram afastados ou os que virão mais adiante. Até nos mostramos compreensivos, para não dizer permissivos, com decisões que não respondem a critérios éticos mas que estão de acordo com a lógica pragmática que parece inundar o nosso dia-a-dia. Esse pragmatismo convida-nos a não assumir projetos que envolvam renúncia, salvo se com esforço tenha uma compensação rápida e suficiente.

18. Na “sociedade do conhecimento”, a técnica parece ser a razão última de tudo o que nos rodeia. A mesma crise atual não é entendida como um fenómeno de caráter moral, mas como uma crise de crescimento, de aplicação correta das reformas, em definitivo, como um problema de ordem exclusivamente técnica.

O desenvolvimento técnico parece ser a panaceia para resolver todos os nossos males. Porém, a técnica não é a medida de todas as coisas, mas o ser humano e a sua dignidade. Com efeito, sem um fortalecimento da consciência moral dos nossos cidadãos, o controlo automático do mercado será sempre insuficiente, como se vem demonstrando repetidamente. Neste sentido, resultam difíceis de justificar apostas educativas que privilegiam o científico e o técnico em detrimento de conteúdos humanistas, morais e religiosos que poderiam colaborar na solução³¹.

2.3. Um modelo centrado na economia

19. Grande parte da pobreza que atualmente existe no nosso povo tem a ver com a crise que estamos a viver e com a vigente situação social. Esta crise é dificilmente explicável sem se adotar uma perspetiva global que se estenda mais além das nossas fronteiras, porém algumas características da mesma são específicas do nosso país. Entre nós, as causas da atual situação, segundo os especialistas, são, entre outras, a explosão da bolha imobiliária, um endividamento excessivo e, também, a insuficiente regulação e supervisão que levaram a efetuar cortes generalizados nos serviços, ao assumir o endividamento público e privado, pelo que as perdas socializaram-se, ainda que os benefícios não se partilharam. O que a crise revelou é que, na nossa economia, em época de recessão, se acrescenta a pobreza, sem que chegue a recuperar na mesma medida em épocas expansivas.

²⁹ FRANCISCO, *Discurso no Parlamento Europeu*, nº 8 (2014).

³⁰ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 62.

³¹ Cf. BENTO XVI, Mensagem à diocese de Roma sobre a tarefa urgente da educação (2008).

A crise não foi igual para todos. De facto, para alguns, apenas mudaram as coisas³². Todos os dados oficiais mostram o aumento da desigualdade e da exclusão social, o que representa sem dúvida uma séria ameaça a longo prazo.

20. Aspetos como a luta contra a pobreza, um ideal partilhado de justiça social e de solidariedade – que deveriam centrar o nosso projeto como nação –, sacrificam-se nas áreas do crescimento económico. Tanto o diagnóstico explicativo da crise como as propostas de solução provenientes da política económica foram-nos apresentadas como um marco de funcionamento económico inevitável, quando, na realidade, foi o comportamento irracional ou imoral dos indivíduos ou das instituições a causa principal da situação económica atual. Diante deste “mau funcionamento”, a única solução aplicada foi a das reformas e os reajustes.

Sim a crise desencadeou-se entre nós com rapidez, foi em grande medida por dar prioridade a uma determinada forma de economia baseada exclusivamente na lógica do crescimento, na convicção de que “mais é igual a melhor”. Sem dúvida, é o próprio modelo que é necessário rever.

2.4. A idolatria da lógica mercantil

21. A extensão ilimitada da lógica mercantil acaba por se converter numa “idolatria” que tem consequências não só económicas, mas também éticas e culturais; em lugar de ter fé em Deus, prefere-se adorar um ídolo que nós mesmos fizemos³³. É a nova versão do antigo bezerro de ouro, o fetichismo do dinheiro, a ditadura duma economia sem um rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano³⁴. A realidade pôs diante dos nossos olhos a lógica económica na sua dimensão idolátrica³⁵. A ideologia que defende a autonomia absoluta dos mercados e da atividade financeira instaura uma tirania invisível que impõe unilateralmente as suas leis e as suas regras³⁶. “Quando isto sucede estamos diante de uma verdadeira idolatria em que se rende culto ao dinheiro e se lhe oferecem sacrifícios; a sobremesa, é o rendimento económico com que dá fundamento a nossa existência e dita a bondade ou maldade das nossas ações e incluso a atividade política converte-se numa tecnocracia ou pura gestão e não numa empresa de princípios, valores e ideias”³⁷.

22. Diz-se que a economia tem a sua própria lógica que não se pode misturar com questões alheias, por exemplo, éticas. Diante de afirmações como esta é necessário reagir recuperando a dimensão ética da economia, e de uma ética “amiga” da pessoa, pois “a ética leva a Deus que espera uma resposta comprometida que está fora das categorias do mercado”³⁸. “A exigência de autonomia para a economia, que não deve aceitar «influências» de carácter moral, impelindo o homem a abusar dos instrumentos

³² Cf. OCDE, “*Income Inequality Update*- June 2014”. Segundo este relatório 10% dos rendimentos mais altos de Espanha escapou aos efeitos da crise.

³³ Cf. FRANCISCO, Carta encíclica *Lumen Fidei*, 13.

³⁴ Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 55.

³⁵ Cf. São JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Centesimus annus*, 40.

³⁶ Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 56

³⁷ BLÁZQUEZ R., Discurso inaugural da 105ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Espanhola (20-4-2015).

³⁸ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 57.

económicos até mesmo de forma destrutiva”.³⁹ Não é isso destruir e sacrificar o ser humano em áreas de interesses perversos?

A atividade económica, por si só, não pode resolver todos os problemas sociais; a sua reta ordenação para o bem comum é uma incumbência sobretudo da comunidade política, que não deve eludir a sua responsabilidade nesta matéria. “Por isso, tenha-se presente que é causa de graves desequilíbrios separar o agir económico – ao qual competiria apenas produzir riqueza – do agir político, cuja função seria buscar a justiça através da redistribuição”.⁴⁰

Esta tarefa de restabelecer a justiça através da redistribuição está especialmente indicada em momentos como os que estamos a viver. É importante para a harmonia da vida social. «A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspetivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral».⁴¹

3. PRINCÍPIOS DA DOUTRINA SOCIAL QUE ILUMINAM A REALIDADE

A Igreja, mestra de humanidade, tem vindo a elaborar ao longo dos séculos um corpus doutrinal cujos princípios nos orientam para a reta ordenação das relações humanas e da sociedade e nos permitem formar um juízo moral sobre as realidades sociais. Para avaliar a atual situação evocamos alguns.

3.1. A dignidade da pessoa

23. A primazia na ordem social é a pessoa que a tem. A economia está ao serviço da pessoa e do seu desenvolvimento integral⁴². O homem não é um instrumento ao serviço da produção e do lucro. Por detrás da atual crise, o que se esconde é uma visão reducionista do ser humano que o considera como simples *homo oeconomicus*, capaz de produzir e consumir. Necessitamos de um modo de desenvolvimento que coloque no centro a pessoa; já que, se a economia não está ao serviço do homem, converte-se num fator de injustiça e exclusão. O homem necessita muito mais do que satisfazer as suas necessidades primárias.

24. O documento “A Igreja e os pobres” recordava há 20 anos que o nosso serviço da libertação do pobre deve ser integral e, em consequência, «o que devemos evitar sempre é fazer um uso parcial e exclusivista do conceito de libertação reduzindo-o somente ao espiritual ou ao material, ao individual ou ao social, ao eterno ou ao temporal»⁴³.

³⁹ BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 34.

⁴⁰ BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 36.

⁴¹ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 203.

⁴² Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 55.

⁴³ COMISSÃO EPISCOPAL DA PASTORAL SOCIAL (CEE), *A Igreja e os pobres*, 144 (1994).

3.2. O destino universal dos bens

25. Numa cultura que exclui e esquece os mais pobres, até ao ponto de os considerar um refugio desta sociedade do consumo e do bem-estar, é urgente tomar consciência de outro princípio básico da Doutrina Social da Igreja: o destino universal dos bens. “Os pobres não devem ser considerados como um "fardo" mas um recurso, mesmo do ponto de vista estritamente económico”⁴⁴.

Na Sagrada Escritura afirma-se repetidamente que a terra é criação de Deus, que deseja que todos os seus filhos disfrutem dela por igual⁴⁵. Ditam-se leis para que, periodicamente, nos anos jubilares, se restabeleça a igualdade e todos tenham acesso aos bens⁴⁶ e recorda-se que a terra deve ter uma função social⁴⁷. Em certas ocasiões vê-se como Deus levanta a sua voz, por meio dos profetas, contra a acumulação dos bens em poucas mãos.⁴⁸ E Jesus atribui a si mesmo a missão de proclamar um ano da graça do Senhor, quer dizer, a tarefa de implantar a justiça refazendo a igualdade⁴⁹.

Os Padres da Igreja, inspirados na Bíblia, denunciaram a acumulação de bens por parte de alguns enquanto outros viviam na pobreza. São João Crisóstomo afirmava que “não fazer os pobres participar dos seus próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Os bens que aferrolhamos não são nossos, mas deles”⁵⁰ e santo Agostinho dizia que quando tu tens e o teu irmão não, ocorrem duas coisas: “Ele carece de dinheiro e tu de justiça”⁵¹. São Gregório Magno concluía que “quando fornecemos algumas coisas necessárias aos indigentes, devolvemos-lhes o que é seu, não damos generosamente do que é nosso: Cumprimos uma obra de justiça, mais que uma obra de misericórdia”⁵².

26. A Doutrina Social da Igreja, arraigada nesta tradição, afirmou claramente o destino universal dos bens: “Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade”⁵³.

Igualmente recordou que a propriedade privada não é um direito absoluto e intocável, mas subordinado ao destino universal dos bens⁵⁴. Como expressou tão claramente São João Paulo II, sobre toda a propriedade privada «grava uma hipoteca social».⁵⁵

O destino universal dos bens deve ser estendido hoje aos frutos do recente progresso económico e tecnológico, que não devem constituir um monopólio exclusivo de uns poucos mas que devem estar ao serviço das necessidades primárias de todos os seres humanos. Isto exige-nos velar especialmente por aqueles que se encontram em situação de marginalização ou impedidos de conseguir um desenvolvimento adequado.

⁴⁴ BENTO XVI, Carta encíclica *Caritas in Veritate*, 35

⁴⁵ Cf. Lev 25, 23; Jos 22, 19; Os 9, 3; Ez 36, 5.

⁴⁶ Cf. Lev 25, 8-13 e 23-28.

⁴⁷ Cf. Lev 19, 9-10; 23, 22.

⁴⁸ Cf. Is 5, 8-9; Am 8, 4-7.

⁴⁹ Cf. Lc 4, 18-19.

⁵⁰ *In Lazarum*, concio 2, 6. No Catecismo da Igreja Católica, 2446.

⁵¹ Sermão 239, 4: PL 38, 1126.

⁵² *Regula pastoralis* 3, 21: PL 77, 87.

⁵³ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium et spes*, 69.

⁵⁴ Cf. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, 177 (2005).

⁵⁵ São JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Sollicitudo rei socialis*, 42.

3.3. Solidariedade, defesa dos direitos e promoção dos deveres

27. Necessitamos de repensar o conceito de *solidariedade* para responder adequadamente aos problemas atuais. Ajudaram-nos duas citações. A primeira é de São João Paulo II: «A solidariedade não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos».⁵⁶ A segunda é do Papa Francisco: «Embora um pouco desgastada e, por vezes, até mal interpretada, a palavra “solidariedade” significa muito mais do que alguns atos esporádicos de generosidade; supõe a criação de uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns».⁵⁷

28. Devemos recordar que é a comunidade política – pela ação dos legisladores, dos governos e dos tribunais – que tem a responsabilidade de garantir a realização dos direitos dos seus cidadãos; aos seus gestores, em primeiro lugar, incumbe-lhes a tarefa de promover as condições necessárias para que, com a colaboração de toda a sociedade, os direitos económico-sociais possam ser satisfeitos, como o direito ao trabalho digno, a uma habitação condigna, aos cuidados de saúde, a uma educação em igualdade e liberdade. A implantação dum sistema fiscal eficiente e equitativo é primordial para o conseguir. Para garantir outros direitos fundamentais, como a defesa da vida desde a conceção até à morte natural, é necessário, além disso, a efetiva vontade política de estabelecer a legislação pertinente e, em especial, a relacionada com a proteção da infância e a maternidade.

29. O ser humano não é só sujeito de direitos, mas também é de *deveres*; ao direito de um corresponde o dever correlativo de outro. Em particular, os direitos económico-sociais não se podem realizar se todos e cada um de nós não colaboramos e aceitamos os encargos que nos correspondem; requerem bens materiais para os satisfazer e estes são fruto do trabalho diligente do homem.

Devemos advertir que «lamentavelmente, até os direitos humanos podem ser usados como justificação para uma defesa exacerbada dos direitos individuais ou dos direitos dos povos mais ricos (...). É preciso recordar sempre de que o planeta é de toda a humanidade, e que o simples facto de ter nascido num lugar com menores recursos ou menor desenvolvimento não justifica que algumas pessoas vivam menos dignamente. É preciso repetir que “os mais favorecidos devem renunciar a alguns dos seus direitos, para poderem colocar, com mais liberalidade, os seus bens ao serviço dos outros».⁵⁸

3.4. O bem comum

30. Uma exigência moral da caridade é a procura do bem comum. Este «é o bem daquele “nós-todos”, formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. (...) Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade. Comprometer-se pelo bem comum é, por um lado, cuidar e, por outro,

⁵⁶ São JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Sollicitudo rei socialis*, 38.

⁵⁷ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 188.

⁵⁸ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 190.

valer-se daquele conjunto de instituições que estruturam jurídica, civil, política e culturalmente a vida social, que deste modo toma a forma de *pólis*, cidade. Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que responda também às suas necessidades reais. Todo o cristão é chamado a esta caridade, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na *pólis*. Este é o caminho institucional – podemos mesmo dizer político – da caridade». ⁵⁹ Uma caridade que, numa sociedade globalizada, tem de buscar o bem comum de toda a família humana, quer dizer, de todos os homens e de todos os povos e nações. “Não se trata apenas nem principalmente de suprir as deficiências da justiça, mesmo que em certas ocasiões seja necessário fazê-lo. Nem muito menos se trata de encobrir com uma suposta caridade as injustiças de uma ordem estabelecida e assente em profundas raízes de dominação ou exploração. Trata-se mais de um compromisso ativo e operante, fruto do amor cristão aos demais homens, considerados como irmãos, em favor de um mundo justo e mais fraterno, com especial atenção às necessidades dos mais pobres”⁶⁰.

3.5. O princípio de subsidiariedade

31. Este princípio regula as funções que correspondem ao Estado e aos corpos sociais intermédios permitindo que estes possam desenvolver a sua função sem serem anulados pelo Estado ou outras instâncias de ordem superior⁶¹. E, ao distribuir a complexa rede de relações que formam o tecido social, a subsidiariedade faz-nos sentir como pessoas ativas e responsáveis que vivem e se realizam nas distintas comunidades e associações, de ordem familiar, educativa, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, económica, profissional ou política. Estas instituições surgem espontaneamente como resultado das necessidades do homem e da sua tendência associativa e estruturam a necessária sociedade civil que todos somos chamados a promover e fortalecer.

O princípio de subsidiariedade estabelece um contraponto às tendências totalitárias dos Estados e permite um justo equilíbrio entre a esfera pública e a privada; reclama do Estado o apreço e apoio às organizações intermédias e o fomento da sua participação na vida social. Porém, nunca será um pretexto para descarregar sobre elas as suas obrigações eludindo as responsabilidades que são próprias do Estado; fenómeno que está a começar a suceder na medida em que os organismos públicos pretendem desligar-se dos problemas transferindo para instituições privadas serviços sociais básicos, como, por exemplo, a atenção social aos não residentes.

3.6. O direito a um trabalho digno e estável

32. A política mais eficaz para atingir a integração e a coesão social é, certamente, a criação de emprego. Porém, para que o trabalho sirva para realizar a pessoa, além de satisfazer as suas necessidades básicas, tem de ser um trabalho digno e estável. Bento XVI lançou um apelo para “uma coligação mundial em favor do trabalho decente”⁶². A aposta nesta classe de trabalho é o empenho social para que todos possam pôr as suas

⁵⁹ BENTO XVI, Carta encíclica *Caritas in Veritate*, 7. Cf. Concílio Vaticano II. Constituição *Gaudium et spes*, 26.

⁶⁰ CONFERÊNCIA EPISCOPAL ESPANHOLA. *Os católicos na vida pública*, 61 (1986).

⁶¹ Cf. PIO XI, Carta encíclica *Quadragesimo anno*, 79. Catecismo da Igreja Católica, n^{os} 1883-1885 e Compêndio da Doutrina social da Igreja, 160.185.

⁶² Cf. BENTO XVI, Carta encíclica *Caritas in veritate*, 63.

capacidades ao serviço dos outros. Um emprego digno permite-nos desenvolver os próprios talentos, facilita-nos o encontro com outros e dá-nos autoestima e reconhecimento social.

A política económica deve estar ao serviço do trabalho digno⁶³. É imprescindível a colaboração de todos, especialmente dos empresários, sindicatos e políticos, para gerar esse emprego digno e estável, e contribuir com ele para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. É uma destacada forma de caridade e justiça social.

4. PROPOSTAS DE ESPERANÇA A PARTIR DA FÉ

33. Diante da árdua tarefa que devemos enfrentar, necessitamos de levantar o olhar e pedir a Deus para que Ele nos inspire. Estamos convencidos de que a abertura à transcendência pode formar uma nova mentalidade política e económica que ajude a superar a dicotomia absoluta entre a economia e o bem comum social⁶⁴. Na Palavra de Deus encontramos luz suficiente para ordenar as questões sociais. O Evangelho ilumina a mudança e infunde esperança.

Oferecemos algumas orientações para o compromisso caritativo, social e político no momento histórico que estamos a viver. Desejamos que estas propostas sirvam para avivar a esperança nos corações e para ajudar a construir juntos espaços de solidariedade, tanto na nossa sociedade como, especialmente, no interior das nossas comunidades eclesiais, que deverão ser casas de misericórdia⁶⁵.

A Igreja tem sido desde o seu nascimento uma comunidade que viveu o amor. Nela amou-se e serviu-se a todos, especialmente os mais pobres a que já os Santos Padres consideravam o 'tesouro da Igreja'. Os mosteiros sempre socorreram as pessoas necessitadas e transmitiram gratuitamente a cultura e o cultivo da terra. As primeiras universidades, assim como os primeiros hospitais e centros de atenção sanitária, nasceram da mão da Igreja. As diversas congregações religiosas, as confrarias e, em geral, todas as instituições eclesiais têm como fim o exercício da caridade. A Igreja é caridade. Foi, é e será sempre, se quer ser a Igreja de Cristo que deu a sua vida por todos. *Cáritas, Manos Unidas* e outras organizações da Igreja especialmente vinculadas a Institutos de Vida Consagrada, gozam de um merecido prestígio pela sua proximidade, atenção e promoção dos mais pobres.

4.1. Promover uma atitude de contínua renovação e conversão

34. A solidariedade de Jesus com os homens e, sobretudo, com os pobres do seu tempo, levou-o a começar a sua missão convidando à conversão: «Completo-se o tempo e o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos e acreditai no Evangelho» (Mc 1, 15). Também nós, se queremos ser hoje boa notícia para os pobres e fazer-lhes presente o Evangelho do amor compassivo e misericordioso de Deus, temos que nos pôr em atitude de conversão, tal como no-lo propõe o Papa Francisco: «Espero que todas as comunidades se esforcem por atuar os meios necessários para avançar no caminho de uma conversão

⁶³ Cf. São JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Laborem exercens*, 63.

⁶⁴ Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 205.

⁶⁵ Cf. FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma*, 2015, nº 2.

pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão»⁶⁶. Este chamamento à mudança afeta a todos, pessoas e instituições, e todos os níveis da existência: pessoais, sociais e institucionais.

A conversão, se é autêntica, traz consigo uma esmerada solicitude pelos pobres desde o encontro com Cristo. Na medida em que aderimos mais a Cristo, na medida em que nos conformamos mais com Ele, de maneira a vermos com os seus olhos, escutemos com os seus ouvidos e sintamos com o seu coração, a nossa caridade será mais ativa e mais eficaz. Quanto mais identificados estivermos com os sentimentos de Cristo Jesus⁶⁷, mais aceso será o nosso amor aos irmãos. A conversão a Cristo tem de ir de mão dada com um retorno solícito aos que necessitam do nosso auxílio. Por outro lado, ao contemplar as penúrias e dilemas dos desfavorecidos com os olhos de Cristo, reaviva-se a nossa caridade e cresce a nossa identificação com Ele.

35. Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus para a libertação e promoção dos pobres, de maneira que possam integrar-se plenamente na sociedade. Isto obriga-nos a mudar, a sair para as periferias para acompanhar os excluídos, e a desenvolver iniciativas inovadoras que manifestem que é possível organizar a atividade económica de acordo com modelos alternativos aos modelos egoístas e individualistas.

“Sem a opção preferencial pelos pobres, «o anúncio do Evangelho – e este anúncio é a primeira caridade – corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta»”⁶⁸. Se o Evangelho que anunciamos não se traduz em boa notícia para os pobres, perde autenticidade e credibilidade. O serviço privilegiado aos pobres está no coração do Evangelho.

Porém, se realmente os pobres ocupam esse lugar privilegiado na missão da Igreja, a nossa programação pastoral não se poderá fazer nunca à margem deles; devem ser, não só destinatários do nosso serviço, mas motivo do nosso compromisso, configuradores do nosso ser e do nosso fazer. Desejamos uma sociedade que se preocupe com todas as pessoas, e que mostre especial interesse pelos mais débeis. Uma sociedade que se esforce por acabar com as pobreza, antigas e novas. “Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura” diz-nos o Papa Francisco⁶⁹.

4.2 Cultivar uma sólida espiritualidade que dê consistência e sentido ao nosso compromisso social

36. A caridade «é uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta», «que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição»⁷⁰. Como diz São João, é a experiência de ser amados por Deus que nos possibilita amar os irmãos⁷¹. Por isso, a caridade afunda as suas raízes na fé em Deus: «A experiência de um Deus uno e trino, que é unidade e comunhão inseparável,

⁶⁶ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 25.

⁶⁷ Cf. Flp 2, 5.

⁶⁸ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 199.

⁶⁹ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 88. Cf. também 270, 274, 279, 288.

⁷⁰ BENTO XVI, Carta encíclica *Caritas in Veritate*, 1.

⁷¹ Cf. 1Jo 4, 10.16.

permite-nos superar o egoísmo para nos encontrarmos plenamente no serviço ao outro»⁷².

37. As nossas instituições de caridade e de compromisso social, como a *Cáritas* e *Manos Unidas* e outras associações eclesiais, são chamadas a viver uma profunda espiritualidade. Por isso, no documento “A Igreja e os pobres” se advertiu já que «mais de uma vez, dentro da Igreja, temos caído na tentação de contrapor a vida ativa e a contemplativa, o compromisso e a oração e, mais concretamente, temos considerado a luta pela justiça social e a vida espiritual como duas realidades não só diferentes – que só o são quanto ao seu objeto imediato –, mesmo independentes e até contrárias, quando não o são de modo algum, mas estão mais complementares e vinculadas entre si»⁷³. É o Amor personificado de Deus, – o Espírito Santo – «com que transforma e purifica os corações dos discípulos, mudando-os de egoístas e cobardes em generosos e valentes; de fechados e calculistas, em abertos e desprendidos; o que com o seu fogo incendiou na casa da Igreja a chama do amor aos necessitados até dar-lhes a vida».⁷⁴ É muito importante não dissociar ação e contemplação, luta pela justiça e vida espiritual. Somos chamados a ser evangelizadores com Espírito, evangelizadores que oram e trabalham. «É preciso cultivar sempre um espaço interior que dê sentido cristão ao compromisso e à atividade»⁷⁵.

No compromisso caritativo e social temos de estar muito atentos ao Espírito que o anima e alenta: «O Espírito é também força que transforma o coração da Comunidade eclesial, para ser, no mundo, testemunha do amor do Pai, que quer fazer da humanidade, uma única família, em seu Filho».⁷⁶ E é este mesmo Espírito, com que operou a encarnação do Verbo nas entranhas de Maria, o artífice da encarnação do amor de Deus na Igreja.⁷⁷

A Igreja pode e deve fazer sua a proclamação de Jesus na sinagoga de Nazaré, no início da sua vida pública. Comentando o texto de Isaías disse: “O Espírito do Senhor está sobre mim, / porque me ungiu para anunciar a Boa-Nova aos pobres; / enviou-me a proclamar a libertação aos cativos / e, aos cegos, a recuperação da vista; / a mandar em liberdade aos oprimidos, / proclamar um ano favorável da parte do Senhor”. E acrescentou depois ao começar o seu comentário: “Cumpriu-se hoje esta passagem da Escritura, que acabais de ouvir”.⁷⁸

38. A espiritualidade que anima os que trabalham no campo caritativo e social não é mais uma espiritualidade. Possui umas características particulares que nascem do Evangelho e da realidade em que se vive e atua, e que temos de cultivar: uma espiritualidade trinitária que afunda as suas raízes no íntimo do nosso Deus, uma espiritualidade encarnada e de olhos e ouvidos abertos aos pobres, uma espiritualidade da ternura e da graça, uma espiritualidade transformadora, pascal e eucarística.

A união com Cristo que se realiza no sacramento da Eucaristia é ao mesmo tempo união com todos os irmãos. Cristo reforça a comunhão e insta à reconciliação e ao compromisso pela justiça. A vivência do mistério da Eucaristia, alimento da verdade,

⁷² CONFERÊNCIA GERAL DO ESPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DAS CARAÍBAS, *Aparecida. Documento conclusivo*, 240 (2007).

⁷³ COMISSÃO EPISCOPAL DA PASTORAL SOCIAL (CEE), *A igreja e os pobres*, 130.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 262.

⁷⁶ BENTO XVI, Carta encíclica *Deus caritas est*, 19.

⁷⁷ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA PASTORAL SOCIAL (CEE), *A igreja e os pobres*, 23.

⁷⁸ *Lc 4*, 18-21.

capacita-nos e impulsiona a realizar um trabalho audaz e comprometido para a transformação das estruturas deste mundo.⁷⁹

4.3. Apoiar-se na força transformadora da evangelização

39. Os problemas sociais têm, como já temos assinalado, causas mais profundas que as puramente materiais. Têm a sua origem na “falta de fraternidade entre os homens e entre os povos”⁸⁰. Derivam da ausência de um verdadeiro “humanismo novo, que permita ao homem moderno o encontro de si mesmo, assumindo os valores superiores do amor, da amizade, da oração e da contemplação”⁸¹. Por isso a proclamação do Evangelho, fermento de liberdade e de fraternidade, foi sempre acompanhado pela promoção humana e social daqueles a quem se anuncia. O Evangelho afeta todo o homem, interpela-o em todas as suas estruturas: pessoais, económicas e sociais. Entre a evangelização e a promoção humana existem laços muito fortes. A evangelização – a proclamação da boa notícia do Reino de Deus – tem uma clara implicação social⁸².

40. O Papa Bento XVI explica-nos claramente a inter-relação entre as funções da Igreja: «A natureza íntima da Igreja exprime-se num tríptico dever: anúncio da Palavra de Deus (*kerygma-martyria*), celebração dos Sacramentos (*leiturgia*), serviço da caridade (*diakonia*). São deveres que se reclamam mutuamente, não podendo um ser separado dos outros. Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência. A Igreja é a família de Deus no mundo. Nesta família, não deve haver ninguém que sofra por falta do necessário. Ao mesmo tempo, porém, a *caritas-agape* estende-se para além das fronteiras da Igreja»⁸³. O compromisso social na Igreja não é algo secundário ou opcional mas algo que lhe é consubstancial e pertence à sua própria natureza e missão. O Deus no qual acreditamos é o defensor dos pobres.

A Igreja chama-nos ao compromisso social. Um compromisso social que seja transformador das pessoas e das causas das pobreza, que denuncie a injustiça, que alivie a dor e o sofrimento e seja também capaz de oferecer propostas concretas que ajudem a pôr em prática a mensagem transformadora do Evangelho e assumir as implicações políticas da fé e da caridade⁸⁴.

4.4 Aprofundar a dimensão evangelizadora da caridade e da ação social

41. A Igreja existe para evangelizar, a nossa missão é fazer presente a boa notícia do amor de Deus manifestado em Cristo; somos chamados a ser um sinal no meio do mundo desse amor divino. O serviço caritativo e social expressa o amor de Deus. É evangelizador, e mostra a fraternidade entre os homens, base da convivência cívica e força motriz de um verdadeiro desenvolvimento.

Se Deus é amor, a linguagem que melhor evangeliza é a do amor. E o meio mais eficaz de levar a cabo esta tarefa no âmbito social é, em primeiro lugar, o testemunho da nossa vida, sem esquecer o anúncio explícito de Jesus Cristo. «Falamos de Deus quando o nosso compromisso afunda as suas raízes no íntimo do nosso Deus e é fonte de

⁷⁹ Cf. BENTO XVI, Exortação Apostólica postsinodal *Sacramentum caritatis*, 89-91.

⁸⁰ BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 19.

⁸¹ PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum progressio*, 20.

⁸² Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 176.

⁸³ BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus caritas est*, 25.

⁸⁴ Cf. PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum progressio*, 75.

fraternidade; quando nos faz ligar uns aos outros e carregar uns com os outros; quando nos ajuda a descobrir o rosto de Deus no rosto de todo o ser humano e nos leva a promover o seu desenvolvimento integral; quando denuncia a injustiça e é transformador das pessoas e das estruturas; quando numa cultura do êxito e da rentabilidade aposta nos débeis, nos frágeis, nos últimos; quando se vive como dom e ajuda para superar a lógica do mercado com a lógica do dom e da gratuidade; quando se vive em comunhão, quando se contribui para configurar uma Igreja samaritana e servidora dos pobres e leva a partilhar os bens e serviços; quando se faz vida gratuitamente entregue, alimentada e celebrada na Eucaristia; quando nos faz testemunhas de uma experiência de amor do qual temos sido protagonistas, e abre caminhos, com obras e palavras, à experiência do encontro com Deus em Jesus Cristo».⁸⁵

42. Não podemos esquecer que a Igreja existe, como Jesus, para evangelizar os pobres e levantar os oprimidos e que, evangelizar no campo social, é trabalhar pela justiça e denunciar a injustiça.⁸⁶

A nossa caridade não pode ser meramente paliativa, deve ser *preventiva, curativa e propositiva*. A voz do Senhor chama-nos a orientar toda a nossa vida e a nossa ação «desde a realidade transformadora do Reino de Deus»⁸⁷. Isto implica que o amor a quem tem a sua vida violada, em qualquer das suas dimensões, «requer que socorramos as necessidades mais urgentes, ao mesmo tempo que colaboramos com outros organismos e instituições para organizar estruturas mais justas».⁸⁸

43. O *acompanhamento* é outra forma muito válida de apresentar o Evangelho. Nem todos temos possibilidade de anunciar a Jesus Cristo promovendo grandes obras sociais, mas podemos fazê-lo no encontro com o irmão, acompanhando-o nas suas dificuldades, partilhando com ele sonhos e esperanças, fazendo juntos o caminho do crescimento humano integral e libertador; operando assim, fazemos presente a boa notícia do amor do Pai.

44. O reto *exercício da função pública* representa uma forma requintada de caridade. É preciso que o impulso da caridade se manifeste eficazmente no modo justo de governar, na promoção de políticas fiscais equitativas, em propiciar as reformas necessárias para uma razoável distribuição dos bens, na efetiva supervisão das instituições bancárias, na humanização do trabalho industrial, na regulação dos fluxos migratórios, na salvaguarda do meio ambiente, na universalização da saúde e da educação, proteção social, pensões e ajuda à invalidez. Que leve os depositários do poder político a colaborar estreitamente com outros governos para resolver aqueles problemas que, numa economia globalizada, superam o controlo dos Estados particulares. E a cooperar no pronto estabelecimento de uma autoridade política mundial, reconhecida por todos e dotada de poder efetivo capaz de garantir a cada um a segurança, o cumprimento da justiça e o respeito pelos direitos e pela paz.⁸⁹

45. Temos, além disso, o desafio de exercer *uma caridade mais profética*. Não podemos calar quando não se reconhece nem respeitam os direitos das pessoas, quando

⁸⁵ Contributo de CARITAS INTERNATIONALIS para o *Sínodo sobre a Nova Evangelização para a transmissão da fé*, 2012.

⁸⁶ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA PASTORAL SOCIAL (CEE), *A igreja e os pobres*, 46.

⁸⁷ CONFERÊNCIA GERAL DO ESPISCOPADO LATINOAMERICANO E DAS CARAÍBAS, *Aparecida. Documento conclusivo*, 382 (2007).

⁸⁸ *Ibid.*, 384.

⁸⁹ Cf. BENTO XVI. Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 67.

se permite que os seres humanos não vivam com a dignidade que merecem. Devemos *eleva*r o nível de exigência moral na nossa sociedade e não nos resignarmos a considerar normal o imoral. Porque a atividade económica e política tem requisitos éticos inevitáveis, os deveres não afetam apenas a vida privada. A caridade social impele-nos a buscar propostas alternativas ao atual modo de produzir, de consumir e de viver, com o fim de instaurar uma economia mais humana num mundo mais fraterno.

4.5 Promover o desenvolvimento integral da pessoa e enfrentar as raízes das pobreza

46. O aumento da pobreza nesta crise obrigou as instituições da Igreja a dar uma resposta urgente da primeira assistência – distribuição de comida, roupa, pagamento de medicamentos, de rendas e outros consumos – que considerávamos já ultrapassada no nosso país. Estes serviços de beneficência multiplicaram-se tanto que nalgumas ocasiões não restou tempo e disponibilidade para poder atender às tarefas tão importantes como o acompanhamento e a promoção da pessoa. Este segundo nível de assistência, junto com a erradicação das causas estruturais da pobreza, constituem as metas superiores da nossa ação caritativa.

47. O *acompanhamento* às pessoas é básico na nossa ação caritativa⁹⁰. É necessário “estar com” os pobres – fazer o caminho com eles – e não nos limitarmos a “dar” recursos aos pobres (alimentos, roupa, etc.). O que acompanha aproxima-se do outro, toca o sofrimento, partilha a dor. “Os pobres, os abandonados, os enfermos, os marginalizados são a carne de Cristo”⁹¹. A proximidade é autêntica quando nos afetam as penas do outro, quando o seu desamparo e a sua aflição remexem o nosso íntimo e sofremos com ele. Não se trata apenas de assistir e dar a partir de fora, mas de participar nos seus problemas e tratar de os solucionar a partir de dentro. Por isso, se queremos ser companheiros de caminho dos pobres, necessitamos que Deus nos toque o coração; só assim seremos capazes de partilhar cansaços e dores, projetos e esperanças com a confiança de que não vamos sozinhos, mas na companhia do bom Pastor.

48. A pobreza não é consequência de um fatalismo inexorável, mas tem causas responsáveis. Por detrás dela há mecanismos económicos, financeiros, sociais, políticos...; nacionais e internacionais. «Um confronto lúcido e eficaz contra a pobreza exige indagar quais são as causas e os mecanismos que a originam e de alguma maneira a consolidam»⁹². Devemos fazê-lo movidos pela convicção de que a pobreza hoje é evitável; temos os meios para a superar. Os principais obstáculos para o conseguir não são técnicos, mas antropológicos, éticos, económicos e políticos. “Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais”⁹³. Devemos assumir todos a nossa responsabilidade, a nível individual e social, as nações desenvolvidas e as nações em vias de desenvolvimento.

49. Temos de trabalhar com tenacidade para alcançar esta ambiciosa meta de eliminar as causas estruturais da pobreza. Os objetivos devem ser:

⁹⁰ Cf. CÁRITAS ESPANHOLA, *Modelo de Ação Social*, Madrid, Cáritas, 2009, 31-36.

⁹¹ FRANCISCO, *Missa de Canonização da Santa mexicana Maria Guadalupe García Zabala* (2013).

⁹² COMISSÃO EPISCOPAL DA PASTORAL SOCIAL (CEE), *A igreja e os pobres*, 28.

⁹³ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 202.

- Criar emprego. As empresas devem ser apoiadas para que cumpram uma das suas finalidades mais valiosas: a criação e a manutenção do emprego. Nos tempos difíceis e duros para todos – como são os das crises económicas – não se pode abandonar à sua sorte os trabalhadores pois só têm os seus braços para se manterem⁹⁴.
- Que as Administrações públicas, enquanto garantes dos direitos, assumam a sua responsabilidade de manter o estado social de bem-estar, dotando-o de recursos suficientes.
- Que a sociedade civil tenha um papel ativo e comprometido na realização e defesa do bem comum.
- Que se chegue a um Pacto Social contra a pobreza combinando os esforços dos poderes públicos e da sociedade civil.
- Que o mercado cumpra a sua responsabilidade social a favor do bem comum e não pretenda apenas tirar proveito desta situação.
- Que as pessoas orientem as suas vidas para atitudes de vida mais austeras e modelos de consumo mais sustentados.
- Que, na medida das nossas possibilidades, nos impliquemos também na promoção dos mais pobres e desenvolvamos, em coerência com os nossos valores, iniciativas conjuntas, trabalhando em “rede”, com as empresas e outras instituições; apoiando, também com os recursos eclesiais, as finanças éticas, microcréditos e empresas de economia social.
- Que a dificuldade do atual momento económico não nos impeça de escutar o clamor dos povos mais pobres da terra e estender-lhes a nossa solidariedade e a cooperação internacional e avançar no seu desenvolvimento integral.
- Cultivar com esmero a formação da consciência sociopolítica dos cristãos de modo que sejam consequentes com a sua fé e tornem efetivo o seu compromisso de colaborar na reta ordenação dos assuntos económicos e sociais.

4.6 Defender a vida e a família como bens sociais fundamentais

50. A família tem sido a grande valedora social nestes anos. Quantos puderam subsistir diante da crise graças ao apoio moral, afetivo e económico da família! Este facto deve-nos levar a valorizar a vida e a família como bens sociais fundamentais e superar o que São João Paulo II chamou de cultura da morte e da desintegração. Também o Papa Francisco nos exorta neste sentido ao nos recordar que não há uma verdadeira promoção do bem comum nem um verdadeiro desenvolvimento do homem quando se ignoram os pilares fundamentais que sustentam uma nação, os seus bens imateriais, como são a vida e a família.⁹⁵

Temos uma sociedade demograficamente envelhecida e empobrecida na ordem moral e cada vez mais limitada para manter determinados serviços sociais: pensões, subsídios de desemprego, atenção à invalidez, etc.

⁹⁴ Cf. São JOÃO PAULO II, *Mensagem aos trabalhadores e empresários durante a sua viagem apostólica a Espanha*, Barcelona (1982).

⁹⁵ Cf. FRANCISCO *Discurso à comunidade de Varginha*, Rio de Janeiro (25-7-2013).

51. Preocupam-nos as desigualdades que sofrem as mulheres no âmbito familiar, laboral e social. É preciso aceitar as legítimas reivindicações dos seus direitos, convencidos que o homem e a mulher têm a mesma dignidade. Devemos reconhecer que o contributo específico da mulher, com a sua sensibilidade, a sua intuição e capacidades próprias, resulta indispensável e enriquece-nos a todos.

É urgente criar canais para «acompanhar adequadamente as mulheres que estão em situações muito duras, nas quais o aborto lhes aparece como uma solução rápida para as suas profundas angústias. [...] Quem pode deixar de compreender estas situações de tamanho sofrimento?»⁹⁶. As nossas instituições sociais devem mobilizar-se para assistir, acompanhar e oferecer respostas suficientes às mulheres que se encontram nestas difíceis situações.

4.7 Enfrentar o desafio de uma economia inclusiva e de comunhão

52. “Não a uma economia da exclusão”⁹⁷, a esta economia que esquece tantas pessoas, que não se interessa pelos que menos têm, que os descarta convertendo-os em “sobras”, em “desperdícios”.⁹⁸ Não à indiferença globalizada, que nos leva a perder a capacidade de sentir e sofrer com o outro, a buscar o nosso próprio interesse de maneira egoísta, e a apoiar o sistema económico vigente pensando que o crescimento, quando se consegue, beneficia a todos de forma automática. É preciso superar o atual modelo de desenvolvimento e apresentar alternativas válidas sem cair em populismos estéreis.

Não podemos continuar confiando que o crescimento económico, por si só, vá solucionar os problemas; isto não sucederá se o comportamento económico não tem em conta o bem de todos e cada um dos cidadãos, se não considera que todos importam, que nenhum nos é indiferente. A busca do verdadeiro desenvolvimento implica dar relevo aos pobres, valorizá-los como importantes para a sociedade e para as políticas económicas.

53. A redução das desigualdades – no âmbito nacional e internacional – deve ser um dos objetivos prioritários de uma sociedade que queira pôr as pessoas, e também os povos, à frente de outros interesses. Para isso necessitamos de tomar consciência de que não é desejável um mundo injustamente desigual e trabalhar para superar esta iniquidade, bem conscientes de que a solução não se pode deixar nas mãos das forças cegas do mercado.⁹⁹

É preciso dar lugar a uma economia de comunhão, a experiências de economia social que favoreçam o acesso aos bens e a uma repartição mais justa dos recursos; levar a cabo o que já nos pedia Bento XVI: «Não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da atividade económica normal. Isto é uma exigência do homem no tempo atual, mas também da própria razão económica».¹⁰⁰

⁹⁶ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 214.

⁹⁷ *Ibid.*, 53.

⁹⁸ Cf. *Ibid.*

⁹⁹ Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 204.

¹⁰⁰ BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 36.

4.8 Fortalecer a animação comunitária

54. A caridade é uma dimensão essencial, constitutiva, da nossa vida cristã e eclesial, que compete a cada um em particular e a toda a comunidade. Assim o diz Bento XVI: «O amor do próximo, radicado no amor de Deus, é um dever antes de mais para cada um dos fiéis, mas é-o também para a comunidade eclesial inteira. [...] A Igreja também enquanto comunidade deve praticar o amor. Consequência disto é que o amor tem necessidade também de organização enquanto pressuposto para um serviço comunitário ordenado»¹⁰¹. E acrescenta: «Quando a atividade caritativa é assumida pela Igreja como iniciativa comunitária, à espontaneidade do indivíduo há que acrescentar também a programação, a providência, a colaboração com outras instituições idênticas»¹⁰².

O documento “A Igreja e os pobres”, referindo-se à Igreja servidora que encarna o rosto misericordioso de Deus manifestado em Cristo, afirmava que «na Igreja de hoje devemos adquirir “uma consciência mais profunda” desta missão recebida do Espírito Santo para dar testemunho da misericórdia de Deus. Trata-se de um dever de toda a comunidade e não somente de uns poucos, digamos, especializados neste ministério.

É necessário que a comunidade cristã seja o verdadeiro sujeito eclesial da caridade e toda ela se sinta implicada no serviço aos pobres; toda a comunidade há de estar em vigilância permanente para responder aos desafios da marginalização e da pobreza¹⁰³.

55. A ação social na Igreja não é labor de pessoas imunes ao cansaço e à fadiga, mas de pessoas normais, frágeis, que também necessitam de cuidado e acompanhamento. Deve prestar-se mutuamente assistência e ajuda para poder cumprir a nobre tarefa em que estão comprometidos. A sua alegria é servir os demais. As organizações devem cuidar com solicitude dos seus agentes; também a eles se estende o dever da caridade. São instrumentos de Deus para a libertação e promoção dos pobres, sinais e instrumentos da sua presença salvadora. Porém têm as suas limitações, necessitam de se ajudar uns aos outros para mais saber e melhor fazer, para crescer na formação e em espiritualidade.

5. Conclusão

56. “Eu bem vi a opressão do meu povo que está no Egito e ouvi o seu clamor”, disse o Senhor a Moisés (*Ex 3, 7*). Também nós Pastores do Povo de Deus temos contemplado como o sofrimento se instalou nos mais débeis da nossa sociedade. Pedimos perdão pelos momentos em que não temos sabido responder com prontidão aos clamores dos mais frágeis e necessitados. Não estais sozinhos. Estamos convosco; juntos na dor e na esperança; juntos no esforço comunitário para superar esta situação difícil. Juntos, irmãos em Jesus Cristo, devemos edificar a casa comum onde todos possamos viver em ditosa fraternidade. Pedimos ao Pai que nos encha de inteligência e acerto para construir uma sociedade mais justa em que os anseios e necessidades dos mais desfavorecidos sejam satisfeitos.

Vítimas desta situação social sois os nossos prediletos, como o sois do Senhor. Queremos, com todos os cristãos, ser sinal da misericórdia de Deus no mundo. E

¹⁰¹ BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus caritas est*, 20.

¹⁰² *Ibid.*, 31 b).

¹⁰³ Cf. CÁRITAS ESPANHOLA, *Marco de Ação nos Territórios*, Madrid, Cáritas, 2013, 7-9.

queremos fazê-lo com a revolução da ternura a que nos convoca o Papa Francisco. “Todos os cristãos somos chamados a cuidar dos mais frágeis da Terra”¹⁰⁴.

57. Não podemos deixar de agradecer o esforço tão generoso que, no meio destas dificuldades, estão a fazer as instituições da Igreja como a *Cáritas*, *Manos Unidas*, *Institutos de Vida Consagrada* – que realizam um grande labor no serviço da caridade com crianças, jovens, idosos, etc. –; e muitas outras. Temos podido comprovar com grande satisfação o prodigioso trabalho levado a cabo pelos voluntários, gerentes e contratados na atenção às pessoas e na gestão de recursos. Por detrás deles estão as comunidades cristãs, tantos homens e mulheres anónimos que respondem com o seu interesse e preocupação, com a sua oração e a sua entrada como sócios e doadores.

58. Apesar das crescentes desigualdades sociais e económicas que advertimos e das exigências cada dia maiores que os pobres nos apresentam, pedimos a todos que continuem o esforço para superar a situação e mantenham viva a esperança.

A caridade deve ser vivida não só nas relações quotidianas – família, comunidade, amizades ou pequenos grupos –, mas também nas macro relações – sociais, económicas e políticas –. Necessitamos imperiosamente «que os governantes e o poder financeiro levantem o olhar e alarguem as suas perspetivas, procurando que haja trabalho digno, instrução e cuidados sanitários para todos os cidadãos»¹⁰⁵.

É preciso que todos sejamos capazes de nos comprometermos na construção de um mundo novo, lado a lado com os demais; e o faremos, não por obrigação, como quem suporta uma carga pesada que subjuga e desgasta, mas como uma opção pessoal que nos enche de alegria e nos outorga a possibilidade de expressar e fortalecer a nossa identidade cristã no serviço aos irmãos.

Recordamos frequentemente com o Papa Francisco que “o tempo é superior ao espaço”¹⁰⁶. «Este princípio permite trabalhar a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos. Ajuda a suportar, com paciência, situações difíceis e hostis. [...] Dar prioridade ao espaço leva-nos a proceder como loucos para resolver tudo no momento presente. [...] Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços».¹⁰⁷ Por isso, não nos fiquemos pelo imediato, nos limitados espaços sociais em que nos movemos, no que logramos aqui e agora. Demos prioridade aos processos que abrem horizontes novos e promovamos ações significativas que tornem patente a presença já entre nós do Reino de Deus que se consumará na vida eterna¹⁰⁸.

59. Com Maria cantamos que Deus «derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes».¹⁰⁹ é o canto da Mãe que leva no seu seio a esperança de toda a humanidade. E é o canto da comunidade crente que sente como o Reino de Deus está já entre nós transformando desde dentro a história e brilhando um mundo novo e uma nova sociedade, assentes não na força dos poderosos, mas na dignidade e nos direitos inalienáveis dos pobres. O canto de Maria é o nosso canto, um canto que é uma chamada à esperança, canto que nos impulsiona a ser luz alentadora, sopro vivificante para todos, de maneira especial para aqueles que mais profundamente estão a sofrer os efeitos devastadores da pobreza e da exclusão social.

¹⁰⁴ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 209.

¹⁰⁵ *Ibid.*, 205.

¹⁰⁶ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 222.

¹⁰⁷ *Ibid.*, 223.

¹⁰⁸ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et spes*, 39

¹⁰⁹ Lc 1, 52.

Que santa Maria, Virgem da Esperança e Consoladora dos aflitos, rogue por nós hoje e sempre. Que ela consiga que não nos falte nunca no coração a necessária e urgente solidariedade com os mais pobres.

À nossa Mãe do Céu unimos a intercessão de Santa Teresa de Jesus, sob cuja proteção, no V Centenário do seu nascimento, pomos também o nosso serviço aos mais pobres.

Ávila, 24 de abril de 2015